



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 5.422/2025.**

*Dispõe sobre as condições do porte funcional de arma de fogo pelos guardas municipais e guardas civis municipais de Macaé e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ**, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DIPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei autoriza e disciplina o porte de arma de fogo particular ou de propriedade do Município de Macaé, em serviço e fora dele, dos integrantes da Guarda Municipal de Macaé, observando-se os parâmetros e limites estabelecidos no Art. 6º, inciso III, § 1º e § 3º da Lei Federal nº. 10.826/2003, art. 16 da Lei Federal nº 13.022/2014 e seus respectivos regulamentos, bem como os requisitos estabelecidos nesta Lei.

**Art. 2º** A Prefeitura Municipal de Macaé poderá adquirir armas e munições por meio de compra ou recebimento em doação, observada a legislação pertinente.

**CAPÍTULO II  
DO PORTE FUNCIONAL DE ARMA DE FOGO E SUAS CONDIÇÕES**

**Art. 3º** O porte de arma de fogo dos integrantes da Guarda Municipal de Macaé observará os seguintes requisitos, cumulativamente:

- I** – aprovação em teste de capacidade psicológica, emitido por profissional credenciado pela Polícia Federal;
- II** – aprovação em exame toxicológico anual;
- III** – investigação social favorável;
- IV** – conclusão de curso de formação e requalificação profissional, com conteúdo específico para o uso de arma de fogo;
- V** – atendimento aos critérios da Lei Federal nº 10.826/2003, da Instrução Normativa nº 23/2005 da Polícia Federal e da Lei Federal nº 13.022/2014;
- VI** – estar o servidor interessado em portar arma de fogo escalado para um dos setores operacionais da Guarda Municipal elegíveis para o uso de arma de fogo.

**§ 1º** São considerados setores elegíveis para o uso de arma de fogo aqueles nos quais os servidores desempenham atividade eminentemente operacional, consistente em patrulhamento ostensivo e/ou policiamento preventivo ou repressivo.

**§ 2º** A lista de setores elegíveis, bem como os procedimentos para adesão à estes poderão ser regulamentados por Portaria do Secretário Executivo de Segurança, *ad referendum* do Chefe do Poder Executivo Municipal.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 4º** Os Guardas Municipais e Guardas Cíveis Municipais habilitados ao porte de arma de fogo deverão:

- I** – ser submetidos a acompanhamento psicológico periódico, preferencialmente semestral, com laudo circunstanciado emitido por profissional credenciado;
- II** – participar periodicamente de treinamento de requalificação profissional com conteúdo técnico-operacional sobre uso de armamento, técnicas de abordagem, controle de conflitos e legislação aplicada.

**Parágrafo único.** Na hipótese de descumprimento das obrigações dispostas nesta Lei:

- I** - a Secretaria Executiva de Segurança suspenderá a autorização do servidor para o porte de armas de fogo em serviço até apuração final do caso pelos órgãos responsáveis;
- II** – a Secretaria Executiva de Segurança comunicará aos órgãos responsáveis pela expedição do porte de arma do servidor a conduta infracional, para conhecimento e aplicação das medidas cabíveis.

**Art. 5º** A autorização do uso da arma de fogo de propriedade do Município de Macaé se dará com a entrega da Carteira de Identidade Funcional, que será documento obrigatório para que o servidor porte o equipamento de segurança.

**Art. 6º** O servidor que não estiver autorizado ao porte de arma de fogo e que não apresentar a sua Carteira de Identidade Funcional não poderá receber o armamento ou munição.

**Art. 7º** Durante o exercício das funções o porte de arma de fogo funcional precederá o porte de arma de fogo particular do próprio servidor.

**Art. 8º** Não será permitido o uso de munições particulares ou diferenciadas das fornecidas pela Prefeitura Municipal em armas de fogo funcionais.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* deste artigo se aplica, na mesma medida, ao uso de munições funcionais em armas de fogo particulares utilizadas pelos Guardas Municipais e pelos Guardas Cíveis Municipais em serviço.

**CAPÍTULO III**  
**DA CONCESSÃO, SUSPENSÃO, REVOGAÇÃO E**  
**CANCELAMENTO DO PORTE DE ARMAS DE FOGO**

**Art. 9º** O porte de armamento fornecido pela Guarda Municipal, de propriedade do município, será solicitado à Polícia Federal pelo Secretário Executivo de Segurança Pública, *ad referendum* do Secretário de Ordem Pública, após a verificação do cumprimento dos requisitos legais e será:

- I** – pessoal e intransferível;
- II** – devidamente registrado no Sistema Nacional de Armas (SINARM).

**Art. 10.** O porte funcional de arma de fogo, poderá ser suspenso ou revogado a qualquer tempo por conveniência da Administração Pública nos seguintes casos:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- I** – afastamento do servidor por licença sem vencimento;
- II** – instauração de procedimento administrativo disciplinar que apure infração funcional de natureza grave ou gravíssima, ou inquérito criminal;
- III** – manifestação fundamentada do Secretário Executivo de Segurança, da Corregedoria-Geral ou da Ouvidoria da Guarda Municipal, sempre que houver risco à integridade do servidor, de terceiros ou à imagem institucional da corporação;
- IV** – interesse público devidamente motivado;
- V** - o servidor for flagrado sob o efeito de álcool ou de substância psicoativa portando arma de fogo ou munição;
- VI** - o servidor estiver em tratamento para reabilitação de dependência química ou declarar-se dependente químico;
- VII** - o servidor for diagnosticado com condição psicológica ou psiquiátrica que desaconselhe o porte de arma;
- VIII** - o servidor estiver afastado do serviço em razão de licença médica de qualquer natureza por período superior a 60 (sessenta dias) dias consecutivos;
- IX** - o servidor utilizar arma de fogo ou munição de propriedade da Prefeitura Municipal em atividade remunerada extra corporação;
- X** - o servidor não observar as disposições desta Lei ou normas técnicas de segurança;
- XI** - o servidor deixar de observar os cuidados necessários para impedir que terceiros se apoderem da Carteira de Identidade Funcional, da arma de fogo ou de munição que estejam sob sua posse e que seja de propriedade da Prefeitura Municipal.

§ 1º A suspensão ou revogação do porte funcional poderá acarretar no cancelamento do porte de arma de fogo junto à Polícia Federal, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis ao caso.

§ 2º Compete, ainda, ao Comando da Guarda recolher a Carteira de Identidade Funcional do Guarda Municipal e Guarda Civil Municipal quando houver exoneração de cargo ou função, demissão, aposentadoria ou falecimento.

§ 3º O atraso na entrega dos documentos requeridos ou a constatação de quaisquer irregularidades documentais podem ensejar a suspensão imediata do porte funcional de arma de fogo.

**Art. 11.** O porte funcional de arma de fogo será cancelado:

- I** - em razão da extinção do vínculo funcional ou da lotação em órgão diverso da Guarda Municipal de Macaé;
- II** - em razão do cumprimento de decisão judicial ou administrativa;
- III** - em razão de proibições de uso ou porte previstas na legislação;
- IV** - quando estiver readaptado definitivamente.

**Art. 12.** A suspensão, revogação ou o cancelamento do porte funcional de arma de fogo, acarreta a imediata e automática cessação da cautela, de qualquer modalidade, com obrigação da devolução da arma de fogo, de munição e da Carteira de Identidade Funcional, a contar da ciência da decisão e, caso não proceda desta forma, por qualquer motivo, o recolhimento deverá ser realizado pela Corregedoria ou pelo Comando da Guarda.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Parágrafo único.** Após o recolhimento, a Corregedoria ou Comando da Guarda deverá elaborar relatório circunstanciado dos fatos, o qual encaminhará ao Secretário Executivo de Segurança, que dará ciência ao Chefe do Executivo.

**CAPÍTULO IV**  
**DO USO, GUARDA E RESPONSABILIDADES DO SERVIDOR**

**Art. 13.** O armamento a ser utilizado pela Guarda Municipal será de propriedade exclusiva do Município de Macaé, e seu uso será concedido ao Guarda Municipal e Guarda Civil Municipal mediante regime de cautela, após a emissão do respectivo porte de arma.

**§ 1º** É vedado o uso da arma de fogo ou munição patrimonial, pelo Guarda Municipal ou Guarda Civil Municipal que detém sua cautela fixa ou diária, em atividade ou serviço estranhos à função pública.

**§ 2º** O uso da arma de fogo ou munição patrimonial, pelo Guarda Municipal ou Guarda Civil Municipal que detém sua cautela fixa ou diária, em atividade ou serviço estranhos à função pública, ensejará ao infrator a cassação da referida cautela, sem prejuízo da continuidade do agente na função operacional, a critério da Administração Pública, e da apuração da infração funcional.

**Art. 14.** A cautela é o ato pelo qual se transfere a responsabilidade temporária pelo equipamento ao servidor e será formalizada por meio da assinatura de termo de responsabilidade.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta Lei se denomina:

- I** - cautela fixa de arma de fogo: a cessão de armamento sem prazo determinado;
- II** - cautela diária de arma de fogo: a cessão e devolução diária de armamento, que compreenderá o período entre a assunção do serviço e seu término.

**Art. 15.** Compete ao Comando da Guarda Municipal decidir sobre os requerimentos de cautela fixa e cautela diária de arma de fogo.

**Art. 16.** Concedida a cautela fixa de arma de fogo, o Guarda Municipal e Guarda Civil Municipal a receberá para uso por tempo indeterminado, mediante Termo de Responsabilidade.

**§ 1º SUPRIMIDO.**

**§ 2º** As armas e as munições concedidas por meio de cautela fixa deverão ser apresentadas para inspeção, a cada 06 (seis) meses, ou sempre que solicitado pelos Secretários, Comando da Guarda ou Corregedoria-Geral.

**Art. 17.** Concedida a cautela diária de arma de fogo, o Guarda Municipal e Guarda Civil Municipal a receberá para uso por tempo determinado e deverá ser anotada em livro próprio, mediante Termo de Responsabilidade.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 18.** O uso da arma de fogo deverá respeitar os princípios da legalidade, proporcionalidade, moderação e uso progressivo da força, além dos previstos na Lei Federal nº 13.022/2014 para atuação da Guarda Municipal.

**Art. 19.** É vedada a utilização de armamento particular durante o serviço, salvo autorização expressa do Secretário Executivo de Segurança, atendidos todos os requisitos legais e observadas as regras estabelecidas nesta Lei, inclusive no que diz respeito à inspeção do equipamento.

**CAPÍTULO V**  
**DA RESPONSABILIDADE PELA CAUTELA DE ARMA DE FOGO**

**Art. 20.** O integrante da Guarda Municipal e Guarda Civil Municipal que receber a cautela de arma de fogo, em qualquer de suas modalidades, deverá utilizar o armamento e munição sob sua guarda nos exatos termos desta Lei e demais normas aplicáveis, responsabilizando-se por:

**I** - sua guarda e manutenção preventiva;

**II** - sua apresentação à Corregedoria da Guarda, no caso de quaisquer incidentes ou situações que possam causar dano ou mal funcionamento da arma de fogo e munição, tais como quedas, pancadas, ferrugem e outros, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente ao fato para análise, constatação e emissão de relatório;

**III** - ressarcir o armamento, munição ou peças, em qualquer situação de extravio, dano causado por mau uso devidamente comprovado e furto em situações de negligência da guarda do armamento ou da munição ou de ambos, devidamente comprovada em procedimento administrativo disciplinar, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

**Art. 21.** A Corregedoria da Guarda deverá fiscalizar as armas de fogo e munições acauteladas aos integrantes do quadro da Guarda Municipal e Guarda Civil Municipal sob sua responsabilidade e apresentar relatório que registre qualquer alteração ao Comando da Guarda Municipal, que decidirá acerca das medidas cabíveis.

**Parágrafo único.** A Corregedoria da Guarda poderá, a qualquer momento, fiscalizar as armas de fogo e munições, acauteladas aos Guardas Municipais e Guardas Civis Municipais, bem como as que estão sob a custódia da corporação.

**Art. 22.** Em ocorrência que resulte apreensão, extravio, furto, roubo ou avaria de armamento ou munição pertencente à Prefeitura Municipal de Macaé, deverá o Guarda Municipal e/ou o Guarda Civil Municipal, imediatamente, comunicar o fato ao Comando da Guarda.

**Parágrafo único.** Na hipótese do disposto no *caput* deste artigo o Guarda Municipal e o Guarda Civil Municipal responsável pela arma de fogo e munição deverá providenciar toda a documentação relacionada ao fato, como Boletim de Ocorrência, Relatório Circunstanciado dos fatos e demais documentos relacionados, incluindo o Auto de Exibição e Apreensão, caso houver, entregando ao seu superior hierárquico nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes ao fato.

**Art. 23.** O Guarda Municipal e Guarda Civil Municipal que se envolver em ocorrência que resulte no disparo de arma de fogo funcional deverá comunicar imediatamente o fato ao



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

Comando da Guarda Municipal, em seguida, o agente deverá elaborar um Relatório Circunstanciado, anexando o Boletim de Ocorrência e outros documentos pertinentes, como o Auto de Exibição e Apreensão, se houver, para justificar a utilização da arma de fogo.

§ 1º O trâmite descrito no *caput* deste artigo também inclui o disparo de arma de fogo acidental, em horário de serviço ou fora dele.

§ 2º O prazo para a entrega da documentação é de 48 (quarenta e oito) horas contadas da ocorrência do fato.

§ 3º O Guarda Municipal e o Guarda Civil Municipal que presenciar o disparo de arma de fogo, ainda que não diretamente envolvido, deverá realizar a comunicação de disparo ao seu superior hierárquico, nos moldes previstos no *caput* deste artigo.

§ 4º Proceder-se-á ao recolhimento da arma de fogo e estojos dos cartuchos utilizados pelos servidores envolvidos no fato, caso não sejam apreendidos pela autoridade policial.

**Art. 24.** É dever do servidor fornecer as informações pertinentes solicitadas por superiores hierárquicos.

**Art. 25.** Em todas as ocorrências de disparo de arma de fogo, o Guarda Municipal e o Guarda Civil Municipal envolvido será submetido ao atendimento psicológico, na forma determinada pelo Comando da Guarda Municipal ou recomendação da Corregedoria.

**Parágrafo único** O Guarda Municipal e o Guarda Civil Municipal com porte de arma de fogo poderá ser submetido, a cada 02 (dois) anos, a teste de capacidade psicológica e, sempre que estiver envolvido em disparo de arma de fogo.

## **CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES E PENALIDADES**

**Art. 26.** É proibido o porte de arma funcional ao servidor que:

- I – esteja respondendo a procedimento administrativo disciplinar que apure infração funcional de natureza grave ou gravíssima, ou inquérito criminal ou ação penal;
- II – tenha em seu histórico registro de uso indevido de armamento;
- III – tenha feito uso de arma de fogo em estado de embriaguez ou sob o efeito de substâncias psicoativas;
- IV – esteja com o laudo psicológico ou toxicológico fora do período de vigência;
- V – tenha deixado de observar os cuidados necessários com a guarda e conservação do armamento.

**Art. 27.** O servidor que fizer uso indevido da arma de fogo responderá de forma administrativa, civil e penal nos termos da Lei.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 28.** O Comando da Guarda Municipal será responsável por manter atualizado o controle dos laudos, cautelas, registros e condições de uso das armas de fogo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 29.** A suspensão preventiva do porte funcional de arma de fogo poderá ser adotada a qualquer tempo pelo Secretário Executivo de Segurança, de ofício, ou por recomendação do Chefe do Poder Executivo ou Corregedor-Geral, com base em evidências de risco à segurança, conduta inadequada ou ameaça à imagem da corporação.

**Art. 30.** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com órgãos federais e estaduais para fins de capacitação, aquisição, controle de armamento e munição e regulamentação, caso necessário.

**Art. 31.** Esta Lei será regulamentada por Decreto, no que couber, pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 32.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO, em 1º de dezembro de 2025.**

**WELBERTH PORTO DE REZENDE**  
**PREFEITO**

Publicação	<u>DOM</u>
Edição N.º	<u>18ª. Trib. ANO VI</u>
Data	<u>1º / 12 / 2025</u> pag <u>01 e 02</u>
<u>João José - 2ª. 405</u>	
SE. H. DOR	